

REUNIÃO DE NEGOCIAÇÃO NO ÂMBITO AVISO PRÉVIO DE GREVE DOS TRABALHADORES DE ARQUEOLOGIA DA DIRECÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL

Aos dezasseis dias do mês de Abril de 2019, sede da Direcção-Geral do Património Cultural (adiante DGPC), sita no Palácio Nacional da Ajuda, em Lisboa, os representantes dos trabalhadores de Arqueologia da DGPC, membros do Sindicato dos Trabalhadores em Arqueologia (adiante STARQ), sito na Rua do Jardim do Tabaco, 90, 2.º Dto, em Lisboa, e representantes da DGPC.

A reunião de negociação foi convocada na sequência do pré-aviso de greve, emitido no passado dia 13, para todos os trabalhadores abrangidos pelo âmbito estatutário do Sindicato, independentemente do vínculo, cargo, função ou sector de actividade, integrados na DGPC, a realizar entre as 00h00 e as 24h00 do dia 23 de Abril de 2019.

Participaram na reunião:

Pelos Trabalhadores: Maria José Sequeira (Departamento dos Bens Culturais/Extensão Territorial de Arqueologia de Lisboa, DGPC); João Marques (Departamento dos Bens Culturais/Divisão de Salvaguarda do Património Arquitectónico e Arqueológico/UCAIA, DGPC); Regis Barbosa (Presidente STARQ); Sara Brito (Dirigente STARQ); Jacinta Bugalhão (Delegada Sindical STARQ, Departamento dos Bens Culturais/Extensão Territorial de Arqueologia de Lisboa, DGPC).

Pela DGPC: Sr.ª Arquitecta Paula Silva (Directora-Geral, DGPC); Sr. Dr. Filipe Silva (Sub-director-Geral, DGPC); Sr.ª Dr.ª Maria do Céu da Boavida (Chefe da Divisão de Recursos Humanos Expediente e Arquivo, DGPC).

A reunião teve início pelas 11h11.

O Presidente do STARQ apresentou os motivos da convocação da greve, enfatizando particularmente a desproporção existente entre o aumento do volume de trabalho nos sectores funcionais da DGPC e o número de trabalhadores que o assegura, situação que impossibilita, quer o cumprimento qualitativo dessas funções, quer e o cumprimento de prazos. Foram referidos os anteriores ofícios e comunicados efectuados pelo STARQ a alertar para esta situação, bem como a reunião realizada a 14 de Novembro de 2018 entre o STARQ e DGPC, representada pelo Sr. Dr. Filipe Silva

A Sr.^a Directora-Geral chamou a atenção para o facto de o STARQ poder ter solicitado uma reunião com a direcção da DGPC, para discussão desta problemática, antes da convocatória da greve.

Reconheceu ser do seu conhecimento da escassez de pessoal, acrescentando tratar-se de uma realidade extensível a muitos outros serviços da DGPC, centrais e dependentes. Reconheceu ainda que o aumento do número de processos de obra no país, e especialmente em Lisboa e no Porto, tem resultado num acréscimo de processos para análise, circunstância que se reflecte numa sobrecarga sobre os trabalhadores.

A Sr.^a Directora-Geral salientou os seguintes pontos: a entrada de cinco trabalhadores no âmbito do PREVPAP (Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública), integrados nos sectores de Arqueologia; em relação à Arqueologia Náutica e Subaquática (CNANS), referiu que para além das novas instalações (remetendo o atraso no processo de mudança para motivos alheios à DGPC), está ainda prevista a entrada de cinco pessoas no âmbito de um programa comunitário europeu, a fundo perdido – financiada pelo programa EEA Grants 2014-2021, salientou a entrada, há cerca de ano e meio, de um conservador-restaurador, o reposicionamento de uma funcionária na categoria técnica superior e a abertura de um concurso externo para um conservador-restaurador; na área da Salvaguarda (referida na reunião como forma de designar os licenciamentos em áreas classificadas e a gestão da actividade arqueológica), a criação de três postos de trabalho para arqueólogos, a preencher por mobilidade.

Tomou a palavra Jacinta Bugalhão, que deu a conhecer um levantamento das necessidades de pessoal em diferentes serviços afectos à DGPC, obtidas a partir de contactos efectuados com técnicos (ver anexo 1). Foi especificado que os números apresentados nos casos do Laboratório de Arqueociências (LARC) e Museu Nacional de Arqueologia (MNA) refletem as reformas de trabalhadores actualmente ao serviço e expectáveis a curto prazo. Relativamente ao CNANS, reiterou que as necessidades estão diagnosticadas há muito tempo, tendo existido inclusive uma proposta de recrutamento, formalizada há cerca de um ano, que a mesma subscreveu. Em relação ao programa EEA Grants 2014-2021 sublinhou que a contratação temporária de técnicos para funções permanentes não colmata a lacuna existente. Sobre este assunto, sublinhou ainda a necessidade, por correcção e legalidade de procedimentos, de que estes cinco trabalhadores ingressem na DGPC com contrato de trabalho e não em regime de aquisição de serviços. Salientou ainda que os casos dos Museus (MNA e Museu Monográfico de Conimbriga) e CNANS são mais mediatizados e conhecidos, mas é necessário chamar a

atenção para os outros serviços (ET-Lisboa, ET-Torres Novas, UCAIA-Salvaguarda, Inventário de Arqueologia e Arquivo, Secretariado DBC), que se encontram em situação de ruptura, em alguns casos iminente noutros consumada há já algum tempo e nos quais a sobrecarga de trabalho tem sido lesiva dos interesses pessoais dos trabalhadores, nomeadamente levando à necessidade sistemática de efectuar trabalho fora do horário de trabalho, sem qualquer remuneração extraordinária. Também no LARC e na DPIMI é reconhecida a necessidade de reforço de trabalhadores para assegurar cabal cumprimento das funções dos serviços.

Maria José Sequeira fez uso da palavra, começando por mencionar a informação disponibilizada aos trabalhadores pelo sindicato da Frente Comum sobre a reunião realizada com a Sr.ª Ministra da Cultura, na qual esta informou ter-lhe sido transmitido que as carências em matéria de recursos humanos na DGPC se manifestam somente ao nível dos serviços dependentes não tendo conhecimento de situação idêntica nos serviços centrais.

Em resposta, a Sr.ª Directora-Geral afirmou não ter participado, nem ter conhecimento do teor da referida reunião, pelo que não pode corroborar tal afirmação.

Referiu a sobrecarga de trabalho na ET-Lisboa, devido à concentração de 25% da actividade arqueológica na cidade de Lisboa (35% no território de trabalho desta equipa), situação que tem vindo a ser reconhecida publicamente pela Direcção da DGPC nas várias entrevistas que tem concedido à comunicação social. Frisou a perplexidade causada pela contradição entre este discurso e a opção da DGPC em não considerar prioritário o reforço deste serviço (o qual é apenas constituído por três técnicos), até ao momento presente.

João Marques tomou a palavra para justificar a convocatória da greve. Mencionou a exaustão em que se encontram os trabalhadores, os quais durante demasiado tempo não mediram esforços no sentido de através do seu trabalho, assegurar a protecção e salvaguarda do Património Arqueológico.

Em resposta, a Sr.ª Directora-Geral afirmou que o reforço previsto para o sector da Salvaguarda inclui as extensões territoriais. Voltou a destacar o seu conhecimento da situação que motiva a greve, mas relatou a impossibilidade de acção imediata por parte da DGPC. Afirma que não tem autonomia para proceder a contratação de trabalhadores, que só lhe é possível reportar a situação às hierarquias superiores, o que alega ter vindo a fazer.

Jacinta Bugalhão lembrou que na reunião de 14 de Novembro de 2018, entre o STARQ e DGPC, havia sido assegurada a abertura do procedimento concursal externo para contratação de um investigador em paleobotânica, bem como o recrutamento por mobilidade de dois

técnicos superiores (arqueólogo e conservador-restaurador) para o CNANS, até agora sem desenvolvimentos visíveis.

O Sr. Sub-director-Geral alegou que o pedido de recrutamento externo para o investigador em paleobotânica ao Ministério das Finanças já fora feito diversas vezes. No decurso da reunião Dr.ª Maria do Céu da Boavida reafirma que continuarão a insistir para que seja efectuada esta contratação.

A Sr.ª Chefe da DRHEA referiu que a entrada dos trabalhadores por via da mobilidade é mais célere do que abertura de concurso. Mencionou que no momento a DGPC está a tratar dos processos PREVPAP ainda em curso, entre outros concursos, o que dificulta uma resposta mais rápida aos processos de recrutamento em apreço. No seguimento da resolução destes processos, tratarão dos processos de mobilidade para arqueólogos e do concurso externo para conservador-restaurador para o CNANS, pelo que prevê que estas situações estejam concluídas até ao final do ano de 2019.

Tomou palavra Maria José Sequeira para questionar sobre a existência de alguma proposta que a curto prazo, dê resposta à situação limite em que se encontram actualmente os trabalhadores de arqueologia da DGPC.

A Sr.ª Chefe da DRHEA sublinhou ainda que a DGPC não tem meios, por não existem lugares no mapa de pessoal, para solucionar de imediato a situação. Referiu que o recurso ao pagamento de horas extraordinárias poderá ser accionado, dentro dos limites legais.

Jacinta Bugalhão esclareceu que não é objectivo nem desejo dos trabalhadores fazerem horas extraordinárias. É competência dos dirigentes proporem superiormente a realização de trabalho extraordinário, em caso de necessidade devida ao excesso de volume de trabalho.

João Marques tomou a palavra para questionar a DGPC sobre a previsão de calendário para a contratação dos três arqueólogos e um conservador-restaurador. Propôs que o processo de recrutamento de trabalhadores que a DGPC apresentou como possível, seja acompanhado por um grupo de trabalhadores do uma vez que é muito relevante que a DGPC informe os trabalhadores sobre o evoluir da situação.

A Sr.ª Directora-Geral afirmou que prevê que os processos de mobilidade para arqueólogos possam ser abertos em Maio do ano corrente.

O Sr. Sub-director-Geral referiu que a DRHEA poderá informar o STARQ, por correio-electrónico, das diversas fases do procedimento. No final da reunião acrescentou ainda a este propósito que o STARQ e os trabalhadores poderão sempre requerer informações sobre o processo ao abrigo do *direito à informação*, inscrito do Código de Processo Administrativo.

A Sr.^a Directora-Geral afirmou terem sido apresentadas repetidas informações ao Ministério da Cultura sobre a falta generalizada de recursos Humanos na DGPC. No entanto, atenta que o mapa de pessoal não permite recrutamento para além do já enunciado; acresce que, perante a limitação orçamental, não depende da DGPC, nem do Ministério da Cultura, a autorização para recrutamento de pessoal, mas sim do Ministério das Finanças.

Jacinta Bugalhão aponta que o problema não é apenas conjuntural, mas estrutural e que tem de ser resolvido politicamente. Manifestou a sua incompreensão sobre a resposta da DGPC se apresentar tão parca em função das reais necessidades reconhecidas por todos.

Maria José Sequeira voltou a questionar a Sr.^a Directora-Geral sobre desde quando tomou conhecimento da situação de ruptura de recursos humanos no Departamento dos Bens Culturais.

A Sr.^a Directora-Geral reiterou que tem pleno conhecimento da situação desde a sua entrada na DGPC, mas que só recebeu essa informação por escrito no dia em que recebeu o pré-aviso de greve. Referiu que poderá eventualmente ser ponderado o reforço de pessoal no sector da Salvaguarda através da reafecção das duas arqueólogas que recentemente integraram o DBC através do PREVPAP.

Jacinta Bugalhão considerou que tal opção irá subtrair pessoal ao Inventário, um dos serviços mais deficitários de pessoal, no sector de Arqueologia da DGPC. Questionou sobre a possibilidade de recurso a contratos de trabalho a termo certo, para suprir as necessidades temporárias de pessoal enquanto as soluções de recrutamento definitivo não são integralmente implementadas.

O Sr. Sub-director-Geral e a Sr.^a Chefe da DRHEA opinaram que a implementação de tal solução é muito difícil e demorada e que também implica alteração do mapa de pessoal.

Jacinta Bugalhão reiterou a necessidade de celebração de contratos de trabalho temporários para os cinco trabalhadores a recrutar para o CNANS no âmbito do programa EEA Grants 2014-2021.

O Sr. Sub-director-Geral comprometeu-se a não fechar essa possibilidade, que terá de ser aferida no confronto com as condições importas por aquele fundo de financiamento internacional.

A reunião terminou às 12h16.

STARQ

Anexo 1

	UCAIA Salvuarda	ET- Lisboa	ET-Torres Novas	SIA e Arquivo	DPIMI	CNANS	LARC	MNA	MM Conimbriga	Secretariado DBC	Total
Arqueólogo	1	2	1	1	2	4		5	1		17
Conservadores-Restauradores						4		1	2		7
Assistente Técnico								8		1	9
Assistente Operacional								3			3
Documentação e Arquivo				1				2		2	5
Informática								1			1
Investigadores em Arqueociências*							7				7
Total	1	2	1	2	2	8	7	20	3	3	49

*Arqueozoólogos (3); Arqueobotânicos (2); Antropólogo (1); Análise de resíduos (1).